RUMO À DEFINIÇÃO

JOSÉ PILON

OPINIÃO

A Portaria nº 64 deve ser encarada como uma sinalização do governo. Há muito tempo o setor sucroalcooleiro vem cobrando definições para os rumos do Proálcool, e o governo anuncia com essa portaria que tais definições terão que se efetuar a partir de janeiro. Creio que o conteúdo da decisão ainda não está definido.

O governo não quer mais a existência de uma conta álcool administrada pela Petrobras e quer o fim dos chamados subsídios cruzados. Por outro lado, o governo sabe mais do que ninguém que a liberação de preços, sem contrapartida fiscal que permita a competitividade do álcool hidratado em relação à gasolina, significa a morte do programa do álcool, com sérias conseqüências para a agroindústria canavieira do país.



É nosso dever apresentar soluções técnicas adequadas e ao mesmo tempo ter um comportamento político moderno que vá ao encontro dos anseios da sociedade. O Proálcool é uma conquista da sociedade brasileira e sua continuidade passa pela transformação do modo atual de gestão. A forma pouco transparente como são utilizados os subsídios cruzados hoje tem trazido conseqüências danosas à imagem pública do setor. Precisamos desvencilhar-nos com urgência dessa interseção viciosa com o setor público, garantindo de modo cristalino, com o conhecimento e o respaldo da sociedade, as formas de manutenção de um programa estratégico e vital para o desenvolvimento do nosso país.

José Pilon é presidente da Associação das Indústrias de Açúcar e de Álcool do Estado de São Paulo (AIAA).

PERSPECTIVA DE LUCRO

OSCAR FIGUEIREDO FILHO

OPINIÃO

A Portaria nº 64 significa que o governo resolveu tirar o setor para dançar, ou seja, quer que se defina de uma vez por todas como vai ser o futuro do Proálcool, ao mesmo tempo em que dá a entender que não se pode mais continuar com o regime de subsídios cruzados a preços administrados nos combustíveis.

Cabe-nos analisar a situação em profundidade e elaborar saídas para o próprio governo que nos permitam independência em relação ao setor público, mas ao mesmo tempo nos garantam um negócio com perspectivas de lucro, com os eventuais riscos próprios do regime de livre mercado.

Isso é possível desde que estejamos convencidos de que não é mais possível nem nos é conveniente manter a situação de preços administrados e a conta álcool nas mãos da Petrobras, em que constantemente pagamos pelo descontrole interno das contas da estatal e até mesmo pelos aumentos dos preços de combustível.

É verdade que a liberação tem muitas armadilhas. Existem muitas arestas a aparar. Exemplo disso são as 350 unidades produtoras de álcool no país contra meia dúzia de distribuidoras, num desequilíbrio fatal para o ofertante. Temos ainda distorções provocadas pela composição diferenciada de custos do álcool e da gasolina. Mas para todas essas questões existem respostas. E agora temos que decidir se estamos dispostos a enfrentar o desafio ou se queremos enterrar a cabeça na areia como o avestruz. Vencer os desafios que se colocam exige competência e propostas que permitam a coexistência harmônica dos combustíveis e garantam uma transição equilibrada entre a elevada intervenção governamental atual e a liberação futura.

Oscar Figueiredo Filho é presidente do Sindicato da Indústria de Fabricação de Álcool do Estado de São Paulo (Sifaesp).